



QUERCUS ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017

ÍNDICE

• Identificação	2
• Referencial contabilístico de preparação das demonstrações Financeiras	2
• Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
• Principais políticas contabilísticas	3
• Activos fixos tangíveis	4
• Inventários	7
• Rendimentos e gastos	8
• Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	9
• Subsídios	10
• Instrumentos financeiros	11
• Fluxos de caixa	12
• Fundos patrimoniais	12
• Benefícios dos empregados	15
• Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
• Outras informações	18



EMPRESA: QUERCUS ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ANEXO

31 de Dezembro de 2017

O presente **Anexo**, relativo ao exercício económico que termina a 31 de Dezembro de 2017, procede à compilação das divulgações que a Associação considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF.

As notas não mencionadas, não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou não ocorreram no exercício em causa.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Denominação da entidade: Quercus Associação Nacional de Conservação da Natureza
NIF : 501736492

1.2 – Lugar da sede social: Centro Associativo do Calhau , Bairro do Calhau
1500-045 Lisboa

1.3 - Natureza da actividade: Associação sem fins lucrativos na defesa do ambiente

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com a Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.



2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve alterações nos procedimentos

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 – Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.

Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transações passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2 - ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas não foram alteradas.



3.3 – ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Não houve alterações

3.4 – CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES

4 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

b) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos, a partir do momento em que os mesmos se encontram disponíveis para utilização.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às definidas no Decreto regulamentar número 25/2009 de 14 de setembro, com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento de transporte	4 a 6 anos
Equipamento básico	7 e 20 anos
Equipamento administrativo	3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	4 a 14 anos



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Neste exercício as variações de activos fixos foram as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS						
Rubricas	Saldo Inicial 1/01/2017	Reaval/Ajust.	Aumentos	Alienações	Transf/Abates	Saldo Final 31/12/2017
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	510.072,68		150 000,00			660.072,68
Edifícios e outras construções	244.743,34					244.743,34
Equipamento básico	264.827,59		16 969,78			281 797,37
Equipamento de transporte	251 447,27		2 900,00			254 347,27
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo	60 264,02		3 331,46			63 595,48
Equipamentos Biológicos	37 050,00		23 161,00			60 211,00
Outros activos fixos tangíveis						
	1 368 404,90		210 394,94			1 564 767,14
Activos fixos tangíveis em curso			14 032,70			14 032,70
Adiant por conta Investimentos – activos fixos tangíveis						

DEPRECIÇÕES E AJUSTAMENTOS				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anul/Reversão	Saldo Final
Ativos fixos tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	177 263,48	13 579,41		190 842,89
Equipamento básico	233 295,61	7 400,11		240 695,72
Equipamento de transporte	254 806,21	2 637,50		257 443,71
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	53 763,11	5 108,03		58 871,14
Equipamentos Biológicos	37 050,00			37 050,00
Outros ativos fixos tangíveis				
	756 178,41	28 725,05		784 903,46



	Ativos fixos tangíveis	Depreciações no exercício	Ativos fixos em curso	Valor final dos ativos
RESUMO	1 564 767,14	784 903,46	14 072,70	793 896,38

Os aumentos mais significativos de ativos traduziram-se na aquisição de um prédio rústico “Monte Lopes” sito na freguesia de Malpica do Tejo, concelho de Castelo Branco no valor de 150 000,00€; na aquisição de equipamento básico no valor de 6 667,00€ referente a um reboque cisterna agrícola para Monte Barata, bem como uma eletrificador e vedação na valor de 6 150,21€ ; aquisição de gado bovino (31 cabeças) no valor de 23 161,00€; aquisição de uma veículo Ford Transit pelo valor de 2 900,00€; e na aquisição de equipamentos administrativos – material informático e ar condicionado – que ascendeu a 3 331,46€ .

No exercício findo tivemos conhecimento de que sobre o prédio rustico Monte Barata recai um usufruto em nome de Maria Amélia Barata.

Também sobre este ativo recai uma hipoteca para garantia do empréstimo para aquisição do “Monte Lopes” .

4.2 – DIVULGAÇÕES SOBRE RESTRIÇÕES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos

b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

CONTRATOS PROMESSA DE COMPRA E VENDA		
Terrenos	2017	2016
Rosmaninhal (5 lotes)	6 110,27	6 110,27
Belazaima Chão (5 lotes)	13 200,00	13 200,00
Azabucho	5 250,00	5 250,00
Outros	5 100,00	5 100,00
Monte Lopes		20 000,00
TOTAL	29 660,27	49 660,27

Estes contratos de promessa de compra e venda são bastante antigos que continuam a aguardar a possibilidade de escritura definitiva.



5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

ATIVOS INTANGÍVEIS		
	Saldo em 2016	Saldo em 2017
Ferramentas Multimédia	28 382,71	114 418,14
No âmbito do projeto POSEUR-15-2015-13		
TOTAL	28 382,71	114 418,14

Valor referente à implementação do projeto “Os Fantásticos da Natureza” que se encontra ainda em fase de desenvolvimento.

No presente exercício o gasto com o desenvolvimento deste projeto foi de 86 035,43€.

6 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 – Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período

Valor Empréstimo	150 000,00
Custo do empréstimo	3 641,92

Empréstimo associado à aquisição do prédio rustico “Monte Lopes”

7 – INVENTÁRIOS

7.1 – Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

A Associação possui na sua “Loja OnLine” e distribuído pelos vários núcleos um conjunto de folhetos e livros informativos, artigos com imagem da associação, obras literárias e outros artigos que são disponibilizados aos sócios, através de venda.

Estes artigos estão mensurados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

7.2 – Quantia total escriturada de inventários

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS M.PRIMAS CONSUMIDAS		
Movimentos	Mercadorias 2017	Mercadorias 2016
Existências iniciais	52 180,49	51 792,64
Compras	55 730,77	5 860,00
Regularização de existências	-5 203,63	-1 383,50
Existências finais	45 972,41	52 180,49
Custos no exercício	56 735,22	4 088,65



7.3 – Quantia ajustamentos de inventários reconhecida como gasto do período

As regularizações verificadas dizem respeito a artigos oferecidos nas diversas atividades levadas a cabo durante o exercício pelo Núcleo de Coimbra no valor de 1 131,90€.
Esta regularização foi efetuada por contrapartida da rubrica #6884 – Ofertas e amostras de inventários.

A diferença no valor de 4 071,73€ diz respeito ao Núcleo de Castelo Branco de acordo com o valor de existências finais apresentadas.

8 – RENDIMENTOS E GASTOS

8.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos estatutários, que correspondem essencialmente a quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu recebimento e especializados em função de ano a que respeitam.

Os subsídios contabilizados dizem respeito à especialização dos mesmos em função dos gastos incorridos nos projectos que lhes são afectos.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida do período, conforme quadro:

RÉDITOS		
Categoria	2017	2016
Vendas de bens	8 447,92	4 844,39
Prestações de serviços	171 064,46	233 424,14
Donativos	635 121,30	349 287,62
Receitas estatutárias - quotas	21 942,68	14 685,68
SUBTOTAL	836 576,36	602 241,83
Subsídios	360 354,86	161 048,70
Outros rendimentos e ganhos	6 394,84	18 088,12
Juros	108,20	1 314,54
TOTAL	1 203 434,26	782 693,19



No que concerne aos subsídios à exploração, e analisando o exercício de 2017, importa destacar como principais entidades financiadoras: IEFP (16 395,57€), IFAP (39 278,29€), Instituto Gestão Financeira da Segurança Social (79.255,86€) no âmbito do POISE, PPL Growdfunding (20 386,10€), entre outros.

Relativamente à rubrica Outros Rendimentos e Ganhos diz respeito a devoluções de gastos relativos a 2016 .

9 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

9.1 – Provisões

Sempre que a Associação reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa actual e fiável.

À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

Saldo à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

MOVIMENTOS OCORRIDOS NA PROVISÕES				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para pensões				
Provisões para impostos				
Provisões p/proc.judiciais curso	50.000,00		50 000,00	0,00
Provisões p/acidentes trabalho				
Provisões p/garantias clientes				
Outras provisões				
Total	50.000,00		50 000,00	0,00

Neste exercício e após informação relativa ao processo de contra-ordenação nr.461/2010 instaurado pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P. de que se encontra arquivado não se esperando qualquer desenvolvimento futuro, foi decidido desreconhecer a provisão constituída para o efeito em 2010.



10 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Políticas contabilísticas adoptadas

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Associação reconhece subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento dos vários projectos, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- A Associação tem vários projectos financiados, dos quais se destacam os seguintes:

	TOTAL PROJETO	TOTAL FINANCIADO	VALOR RECEBIDO TOTAL	VALOR RECEBIDO EXERCICIO 2017	RENDIMENTO RECONHECIDO EXERCICIO 2017
Subsídios estado					
IEFP			16 395,57	16 395,57	16 395,57
IFAP			39 278,29	39 278,29	39 278,29
IGFSS			79 255,86	79 255,86	79 255,86
Turismo de Portugal	540 000,00	400 000,00	120 000,00	120 000,00	27 270,02
Agencia Desenv Coesão POSEUR	348 090,00	295 876,50	75 866,71	51 741,80	52 372,04
Fundo Ambiental			66 173,20	66 173,20	66 173,20
Direção Geral do Consumidor			750,00	750,00	750,00
PPL CROWDFUNDING			20 386,10	20 386,10	20 386,10
Ademe Agence			25 827,08	25 827,08	25 827,08
Transport & Enviroment			7 017,50	7 017,50	7 017,50
Bodensee Stiftung		33 672,00	25 021,64	11 552,84	11 552,84
European Climate Foundation		17 623,69	9 623,69	9 623,69	9 623,69
Outros Organismos					4 452,67
TOTAL					360 354,86

No presente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 360 354,86€ referente a subsídios à exploração conforme quadro acima.



10.1 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos subsídios reconhecidos nos fundos patrimoniais

MOVIMENTOS OCORRIDOS EM UTRAS VARIAÇÕES FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
SUBSIDIOS AO INVESTIMENTO				
Agencia Desenvolvimento. Coesão - POSEUR	53 686,43	60 731,71		114 418,14
Turismo de Portugal – Programa Valorizar		370 000,00		370 000,00

10.2 – Benefícios sem valor atribuído

Não aplicável

10.3 - Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas coletivas com um contributo no montante de 588 605,71€ .

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:

11.1 – Bases de mensuração e políticas relevantes

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objectiva da incobrabilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Instrumentos financeiros de médio e longo prazo

Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso,



utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efectivo.

11.2 - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, sendo os juros creditados na conta depósitos à ordem, na data do respectivo vencimento.

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa, depósitos bancários e outros investimentos:

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	6 291,52	33 930,88	12 899,40	27 323,00
Depósitos à ordem	128 842,24	2 776 985,00	2 683 214,66	222 612,58
Outros depósitos bancários	43 072,61	283,22	41 892,25	1 463,58
Total caixa e depósitos bancários	178 206,37			251 399,16
Dos quais: depósitos bancários no exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00

11.3 – Fundos patrimoniais

Os Fundos Patrimoniais são constituídos por Reservas e por Resultados Transitados.

Na rubrica #593 Subsídios encontra-se reconhecido o valor para subsídio ao investimento no âmbito do projeto POSEUR-03-2215-13 “Os Fantásticos da Natureza”, bem como o subsídio do Turismo de Portugal no âmbito do Projeto “Monte Barata – WildLife Tourism”

VARIÇÕES NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS				
Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Fundo Social				
Reservas	747 060,78			747 060,78
Resultados transitados	644 147,41	456 347,42		187 799,99
Outras variações Fundos Patrimoniais:				
Subsídios	53 686,43		430 731,71	484 418,14
Total	1 444 894,62			1 419 278,91



11.4 – Ativos financeiros dados em garantia

Não aplicável

11.5 – Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outros credores

A 31 de Dezembro de 2017 a conta de fornecedores e outras contas a pagar apresentava a seguinte decomposição:

FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES			
Rubricas	31/12/2017	31/12/2016	
Fornecedores c/c	211 726,44	51 287,82	
Estado e outros entes publicos	22 269,90	36 808,34	
Credores diversos	119 297,50	85 280,89	
Financiamentos obtidos	224 652,57	35 568,64	
TOTAL	577 946,41	208 945,69	

Os financiamentos obtidos no montante de 224 652,57€ estão subdivididos pelas seguintes rubricas:

- Empréstimo Bancário para aquisição do terreno “Monte Lopes”: 116 071,42€;
- Conta Caucionada: 73 900,00€;
- Descobertos bancários (Cartões de crédito): 2 181,15€;
- Outros Financiadores: 32 500,00€

Nos credores diversos para além dos valores em crédito de prestadores de serviços e da conta de Pessoal e voluntários que ascende a 44 658,50€, consta um crédito de apoio financeiro para a execução de atividades no âmbito do POISE por parte da Regibio, Lda no valor de 33 212,24€

As contas a pagar resultam da atividade normal, não existindo situações de mora embora os prazos médios de pagamento a fornecedores estejam um pouco acima do desejável.

11.6 – Ajustamentos

Não aplicável



11.7 – Dividas à entidade reconhecidas à data do balanço

a) Dividas à entidade

O saldo da conta clientes corresponde aos serviços prestados pela Associação, corresponde ao valor nominal do serviço prestado com probabilidade razoável de ser recebido no horizonte de um ano.

CLIENTES E OUTROS DEVEDORES		
Rubricas	31/12/2017	31/12/2016
Clientes c/c	50 685,34	85 688,17
Adiant fornecedores	0,00	7 515,60
Estado e out Ent Publ	0,00	0,00
Subtotal	50 685,34	93 203,77
Outras contas a receber:		
Quotas sócios	1 028,35	0,00
Devedores diversos	685 254,79	485 301,15
Contratos promessa	29 660,27	49 660,27
Subtotal	715 943,41	534 961,42
TOTAL	766 628,75	628 165,19

Os principais componentes da rubrica “Devedores Diversos” dizem respeito a montantes a receber no âmbito dos projetos Bodensee Stiftung – Erasmus+ (6 734,40 Euros) e POSEUR (148 970,67€) e Turismo de Portugal (280 000,00€), encontrando-se também ainda registado o valor de 23 759,64€ do projeto Life Taxus já terminado.

Na rubrica mecenas encontra-se por receber as seguintes verbas:

- CTT (donativos ao abrigo do projeto Criar Bosques) : 108 087,00€
- BNP Paribas : 16 500,00€

Estes donativos foram transferidos para conta bancária em janeiro de 2018

Há a salientar ainda os empréstimos e/ou adiantamentos refletidos na conta Pessoal c/c e que se encontram por regularizar a 31/12/2017 e que são mais significativos:

- Jorge Pinho: 17 640,52€
- Vanessa Mota: 4 014,55€
- Samuel Infante: 14 031,47€



b) Diferimentos

Em decorrência da adoção do princípio da periodização económica, foram diferidos para os períodos subsequentes a que respeitam quer os gastos já pagos, quer os rendimentos já recebidos, conforme o quadro seguinte:

DIFERIMENTOS		
	2017	2016
Gastos a reconhecer:		
Seguros	8 609,29	3 100,33
Rendas e alugueres		
Gastos com projetos Lifes		
Outros gastos		316,58
TOTAL DE GASTOS A RECONHECER	8 609,29	3 416,91
Rendimentos a reconhecer:		
Quotas de Sócios	3 668,15	1 234,00
Rendimentos com projetos Programa Valorizar	2 729,98	0,00
Rendimentos com outros organismos (Bodensee)	1 228,30	12 781,14
Rendimentos com outros organismos (POSEUR)	130 346,80	242 190,07
TOTAL DE PROVEITOS A RECONHECER	137 973,23	256 205,21

12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

12.1-Pessoal ao serviço da empresa :

O número médio de trabalhadores no exercício foi de 22.

Benefícios dos empregados e encargos da entidade:

GASTOS COM PESSOAL		
Descrição	2017	2016
Remunerações com pessoal	333 267,61	396 046,02
Indemnizações	2 359,55	28 683,83
Encargos sobre remunerações	64 368,24	79 977,51
Seguros acidentes de trabalho	3 487,89	3 899,65
Gastos acção social		
Outros gastos com pessoal	493,67	957,39
TOTAL	403 976,96	509 564,40



13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são reflectidos nas demonstrações financeiras, enquanto que os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço, são divulgados nas notas do anexo.

Não existem factos relevantes conhecidos

14 – AGRICULTURA

Não aplicável

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

15.1 – Quantia agregada ao dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecida como gasto durante o exercício.

Não aplicável

16 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1 – *Não aplicável*

16.2 – Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Informação por actividade económica:

REPARTIÇÃO DE VALORES POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS E MERCADOS GEOGRÁFICO		
	2017	2016
Mercado interno:		
Vendas	8 447,92	4 844,39
Prestações de serviços	167 249,67	233 424,14
Compras	55 730,77	5 860,00
Fornecim. e serviços externos	892 717,41	656 822,84
Custo das mercad.e mat.consum.	56 735,22	4 088,65



Outros gastos e perdas:

OUTROS GASTOS E PERDAS		
Descrição	2017	2016
Impostos (IMI, IMT, IVA, Taxas)	3 550,27	1 588,23
Multas e coimas	218,75	1 160,98
Perdas em inventários		
Donativos	4 300,00	2 616,91
Quotizações	4 770,65	5 204,89
Ofertas de inventários	1 131,90	1 383,50
Gastos exercício anterior	34 711,78	3 666,65
Outros gastos		7 506,26
Total	48 683,35	23 127,43
Juros suportados	5 228,39	10,88
Total	53 911,74	23 138,31

Os gastos de exercícios anteriores dizem respeito a documentos referentes a despesas do exercício anterior não contabilizados pelo facto de só terem sido enviados para a contabilidade no decorrer deste exercício, ou por documentos referentes a serviços prestados no ano anterior independentemente da data do mesmo.

Também nesta rubrica se encontra registado o valor de 3 654,79€ referente a devoluções de financiamento de projetos da GEAC (Ecocasa).

Outros rendimentos e ganhos:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		
Descrição	2017	2016
Alienações ativos	100,00	
Proveitos de exercícios anteriores	5 773,43	
Correções exercícios anteriores	447,15	
Imputação subsídios ao investimento		14 336,83
Reembolsos de despesas		3 750,87
Descontos obtidos	74,26	0,42
Total		18 088,12
Juros obtidos	108,20	1 314,54
Total	1 314,54	8 201,28



16.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Quercus Associação Nacional de Conservação da Natureza é uma entidade sem fins lucrativos, com reconhecimento de isenção de IRC ao abrigo do artigo 10.º do CIRC , pelo Ministério das Finanças.

Contudo e pelo facto de termos vendas fora do âmbito da isenção em 2017 o valor dessas vendas cifraram-se nos 8 447,92€ tendo o custo das mercadorias vendidas sido 4 235,22€ obtendo-se assim um resultado fiscal de 4 212,70€.

Sobre este resultado incide a taxa de 21% de IRC, tendo sido estimado o imposto a pagar no valor de 884,67€.

Outras divulgações

A Direcção Nacional informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção Nacional informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que :

- Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;

- Os honorários facturados no exercício de 2017 pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a: Revisão Legal de Contas , Auditoria de Projectos e Outros Serviços, perfazendo um valor total de 5 143,01 euros.

Existem processos judiciais em curso, para os quais não foi constituída qualquer provisão, uma vez que a probabilidade de culpabilidade por parte da Associação é remota.

Nota final: No presente exercício a estrutura do Litoral Alentejano não apresentou qualquer documentação nem foi possível confirmar movimentos de conta bancária.

Na continuação do trabalho iniciado em exercícios anteriores, procurou-se fazer um esforço para corrigir imprecisões ocorridas em anos transatos, de modo a que as demonstrações financeiras apresentadas nesta data retratem de forma o mais exato possível a posição financeira da Associação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO NACIONAL